

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM

Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL II: RECURSOS, TÉCNICAS E ESTRATÉGIAS

Profª Ivanilda Junqueira



TÍTULO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL II: RECURSOS, TÉCNICAS E ESTRATÉGIAS

Profª Ivanilda Junqueira

Ementa: Esta disciplina, busca a partir de pesquisas em fontes secundárias e primárias, investigar e conhecer recursos, técnicas e estratégias utilizadas na realização de ações educativas nas instituições de ensino formal e informal do Estado e no município, contribuindo para um diagnóstico parcial das ações educativas realizadas no Estado de Goiás. Prevê atividades como visitação de instituições culturais que realizam ações educativas.

Objetivos: Despertar os membros das comunidades para a importância e o conhecimento do seu patrimônio possibilitando-lhes a compreensão de suas concepções e tipologia atuais, assim como das políticas públicas de gestão, preservação, revitalização e divulgação dos bens culturais.

Objetivos Específicos: discutir os pressupostos metodológicos abrangendo a educação para o patrimônio a partir das contribuições da educação patrimonial e das suas relações com a cultura, a memória e a cidadania;

Propor experiências investigativas no campo do patrimônio com base na identificação, reflexão e levantamento das potencialidades patrimoniais locais e elaboração de atividades educativas e de desenvolvimento cultural local;

Formar profissionais para desempenhar o papel de mediador entre os diferentes agentes promotores e as políticas públicas relativas ao patrimônio cultural e suas implicações no ensino e gestão cultural;

Aproximar os cursistas e membros das comunidades dos aparelhos culturais e dos lugares de memória das cidades de Goiás para estudo, análise e elaboração de proposições de intervenção que possibilitem a interpretação, divulgação e salvaguarda dos bens culturais locais.

Período: 22/11/2014 a 22/12/2014 e 26/01/2015 a 11/02/2015

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL II: RECURSOS, TÉCNICAS E ESTRATÉGIAS

"Patrimônio pode ser definido como o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É o patrimônio cultural que carregamos conosco que nos faz ser o que somos".

Simone Rosa, 2014.

Ver o vídeo: Taina Kan: a grande estrela

https://www.youtube.com/watch?v=JuH5p_4zGFg

A definição de patrimônio citada acima, norteará as discussões propostas na disciplina Educação Patrimonial I. Ao analisá-la percebemos que, atualmente, a concepção de patrimônio tem sido ampliada. Com a Constituição de 1988, no seu art. 216, a expressão "Patrimônio Histórico e Artístico Cultural, usada desde 1937, foi substituída por "Patrimônio Cultural". Além disso, amplia-se o rol do que pode ser considerado Patrimônio Cultural:

...os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos,

documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Entretanto, algumas vezes nos perguntamos se tudo o que for considerado patrimônio deve ser preservado? A criação de políticas públicas voltadas para sua proteção e valorização tem contemplado os diversos interesses da sociedade brasileira? A partir de que momento o tema da diversidade cultural passou a ser pauta das agendas políticas? Para compreendermos esse processo é necessário retomar alguns aspectos do processo histórico brasileiro nas últimas décadas.

Uma valorização cada vez maior da cultura nas sociedades em um tempo de globalização tem ocorrido em todo o mundo. "Os processos culturais vêm sendo considerados importantes, seja como fontes e geração de renda e emprego, seja como elementos fundamentais na configuração do campo da diversidade cultural e da identidade nacional" (CALABRE, 2005, p. 18-19).

No Brasil, a partir da década de 1980, debates e discussões foram estabelecidos com o fim de possibilitar o reconhecimento da diversidade cultural que caracteriza a nossa sociedade e o resultado desses embates pode ser conferido em alguns artigos da Constituição de 1988, que tratam do pluralismo cultural como princípio constitucional:

1. A proteção do poder público "O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional." (art. 215 §1º);
2. A incorporação de datas no calendário cívico-nacional "A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais." (art. 215 § 2º);
3. O ensino de História do Brasil "O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro." (art. 242 § 1º);
4. Em relação especificamente ao segmento afro-brasileiro, podemos citar a decisão do Poder Público em tomar todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, conforme estabelece o art. 216, § 5º.

Fernandes (2008) ressalta que com esse dispositivo constitucional, o legislador abriu uma exceção e criou uma nova modalidade de tombamento pela via legislativa, pois o tombamento, pela legislação que lhe é específica (Decreto-Lei nº. 25/37), é ato administrativo do Poder Executivo que declara o valor histórico-cultural de um determinado bem material. No art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o legislador constituinte teve a sensibilidade histórica de reconhecer a importância dos quilombos e quilombolas na formação de nossa identidade cultural ao estabelecer que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos.”

5. As comunidades indígenas também têm seu lugar na atual Constituição brasileira, através de capítulo específico, e a demonstração por parte do legislador da necessidade de se preservar essa cultura milenar. É o que estabelecem os seguintes artigos: “Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.” Às comunidades indígenas remanescentes são-lhes asseguradas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, conforme estatui o art. 210 § 2º da Constituição.

A conclusão a que chega Fernandes (2008) é que a atual Constituição tentou corrigir uma omissão, ao estabelecer em vários dispositivos a importância de outros elementos formadores do processo civilizatório nacional e que devem ter suas manifestações culturais preservadas para as atuais e futuras gerações de brasileiros. Segundo o autor, pode-se concluir que tal iniciativa foi uma tentativa de se criar uma memória plural, que subsidie uma nova política cultural para o País.

Quanto aos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro, sejam naturais ou culturais, materiais ou imateriais, tangíveis ou intangíveis, devem ser alvo das políticas de preservação, desde que os mesmos sejam significativos e se tratem de elementos de referência para a identidade e a memória dos diferentes elementos étnico-culturais formadores da nação brasileira.

Anteriormente à promulgação de nossa atual Constituição, a prática da preservação do Patrimônio Histórico em nosso país era algo restrito aos profissionais da área (arquitetos, historiadores, juristas, antropólogos e demais cientistas sociais), que lidavam com a questão da memória no seu métier e ofício ou, quando muito, dizia respeito à tutela oficial dos órgãos de preservação (FERNANDES, 2008, p. 214).

Fernandes destaca que uma das propostas da Constituição de 1988 é que novos atores atuassem na luta pela preservação do patrimônio cultural, pois, desse modo, sem se eximir da tarefa de preservação de nosso acervo cultural, dá à comunidade o papel de colaboradora e corresponsável nessa tarefa.: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro...”

Considerando o exposto acima, surgem outras questões: será possível despertar na comunidade o interesse pela promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro? Que instrumentos poderão contribuir para que ações voltadas para a valorização do patrimônio cultural brasileiro sejam implementadas em um país tão diverso culturalmente? De que forma o patrimônio é "lido" pelas comunidades? Qual sua importância para o desenvolvimento local sustentável?

Varine (2012) destaca que "o desenvolvimento local, mesmo considerado em sua dimensão econômica, é antes de tudo um assunto de atores, e, sobretudo, de atores locais: políticos e funcionários, trabalhadores e dirigentes de empresas são membros de uma comunidade" cuja vida e cultura compartilham. Até mesmo os turistas, considerados moradores temporários das localidades que exploram o turismo, também são atores nesse processo. Entretanto, quando se ignora o patrimônio que se tem, aumentam as possibilidades de erros no que tange ao desenvolvimento urbano ao não considerar os patrimônios tanto materiais quanto imateriais locais.

Para que o desenvolvimento ocorra de maneira sustentável é necessário lembrar que suas raízes "devem se nutrir dos numerosos materiais que, na maioria, estão presentes no patrimônio: o solo e a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e de serviços adaptados às demandas e necessidades das pessoas" (VARINE, 2012, p. 18). Se, assim como afirma Varine, o patrimônio é também um quadro, uma moldura para o desenvolvimento, de que forma tal patrimônio deve ser gerido?

As opiniões em relação à gestão do patrimônio cultural são diferenciadas e atualmente existe uma complexidade de políticas e normas que regem as práticas de preservação. Em relação a esse assunto, Heloísa Buarque de Hollanda salienta a dificuldade que enfrentou para responder "adequadamente ao desafio de enfrentar os paradigmas correntes da reflexão sobre o patrimônio e, sobretudo de tentar superar a dicotomia entre o saber especializado dos técnicos e a compreensão de um processo cultural em evolução" (HOLLANDA, 1994, p. 10). Desse modo, quando nos deparamos com as políticas de preservação e as práticas voltadas para a conservação de determinados elementos arquitetônicos, percebemos que apenas uma elite seleta que se julga conhecedora do assunto, define as regras a serem seguidas. Então, grande parte das pessoas, que possuem relação íntima com eles é excluída do processo. Algumas vezes, o ato da preservação acaba por se caracterizar como elitista, estratificante ou mesmo, excludente. Resta-nos dizer que o saber especializado é fundamental para o desenvolvimento de nossas políticas de patrimônio, mas é necessário também levar em conta a opinião das pessoas cuja experiência de vida se relaciona com o bem ou a prática cultural a ser preservada. A autora ressalta ainda que:

Pode-se mesmo observar que, conjugado ao direito ao saneamento, habitação e transporte, as políticas públicas em relação ao espaço urbano expressam agora a preocupação com uma novíssima reivindicação, o "direito à cidade". Este direito seria, mais ou menos, o direito de todos os cidadãos ao gozo do espaço urbano como duplo exercício da história e da estética (HOLLANDA, 1994, p. 11).

Porém, apesar da reivindicação existir, não se constata que as práticas do poder público estejam voltadas para o seu atendimento, pois o que se vê é que os órgãos administrativos das cidades estão relegando a planos secundários quaisquer ações que

objetivem a preservação das tradições e da história daqueles que habitam as cidades. As ações realizadas acabam se restringindo, principalmente, aos maiores centros urbanos. Quando se trata da preservação do patrimônio arquitetônico e cultural, apesar de considerar que algo deve ser feito privilegiando uma conscientização maior neste sentido, me reporto novamente a Jérôme Monnet (2002). Para ele, a questão do patrimônio é problemática, pois, ao admitirmos que tudo é patrimônio, conseqüentemente, admitimos que tudo deve ser conservado. No entanto, quando se trata da cidade e do país, sabemos que isso é impossível. Então, é necessário fazer antes uma crítica radical e interrogar-se sobre o uso do conceito de patrimônio, sobre os supostos da palavra. Segundo essa lógica, não há dúvida de que tudo pode ser considerado patrimônio. Mas ele só existe porque protegemos algo que nomeamos assim. Designação e proteção vão juntas. Segundo Monnet, quando postulamos um objeto como sagrado, deduzimos que ele deve ser preservado e, “do fato mesmo de protegê-lo, o sacralizamos, isolando-o do destino habitual das coisas; por ser sacralizado, ele deve ser protegido” (MONNET, 2002, p. 228).

Acredito que a valorização do patrimônio cultural depende do quanto as comunidades conhecem sua própria história. Por isso, penso ser de grande importância que ações de educação patrimonial sejam implementadas tanto no ensino formal como no ensino não-formal, pois, por meio delas será possível despertar o interesse dos membros da comunidade para a relevância dos seus bens culturais.

Ver vídeo: Patrimônio e herança cultural

<https://www.youtube.com/watch?v=mmsJLebViNY>

RECURSOS, TÉCNICAS E ESTRATÉGIAS

Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999), ao tratar da temática da Educação Patrimonial destaca que a proposta de uma metodologia para o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais que compõem o nosso “patrimônio cultural” foi introduzida no Brasil, em termos

conceituais e práticos, por ocasião do I Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado em julho de 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Esse foi o pontapé inicial para a realização de inúmeras experiências cujo propósito consistiu na valorização da memória coletiva e na elevação da "auto-estima de comunidades em processo de desestruturação, no desenvolvimento local e no encontro de soluções inovadoras de preservação do patrimônio cultural, em áreas sob o impacto de mudanças e transformações radicais em seu meio ambiente" (HORTA, 1999, p. 3).

Qual a importância do patrimônio cultural para a formação do cidadão crítico e participante?

Como princípio básico da Educação Patrimonial Horta reforça que a experiência direta dos bens e fenômenos culturais, para se chegar à sua compreensão e valorização, num processo contínuo de descoberta é de fundamental importância tanto para o ensino formal quanto para o não-formal. Quando os objetos e expressões do patrimônio cultural são a matéria-prima para a atividade pedagógica, por meio da observação e questionamento, o resultado pode ser convertido em conceitos e conhecimentos. Quando se toma os fenômenos culturais, como pistas ou indícios, possibilita-se que as comunidades e o indivíduo construam o conhecimento crítico e se apropriem com responsabilidade do seu “patrimônio” e, desse modo, contribuam para o processo de preservação sustentável desses bens, assim como para o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. A observação direta e a análise das “evidências” (aquilo que está à vista de nossos olhos) culturais permitem à criança ou ao adulto vivenciar a experiência e o método dos cientistas, dos historiadores, dos arqueólogos, que partem dos fenômenos encontrados e da análise de seus elementos materiais, formais e funcionais para chegar a conclusões que sustentam suas teorias. O aprendizado desse método investigatório é uma das primeiras capacitações que se pode estimular nos alunos, no processo

educacional., desenvolvendo suas habilidades de observação, de análise crítica, de comparação e dedução, de formulação de hipóteses e de solução de problemas colocados pelos fatos e fenômenos observados (HORTA, 1999, p. 4).

É somente quando se conhece os elementos que compõem a riqueza e diversidade cultural de cada comunidade, qual sua origem e de que forma contribui para a formação da identidade nacional, é que se torna possível o respeito a essa diversidade e à multiplicidade de expressões e formas com que a cultura se manifesta, nas diferentes regiões, a começar pela linguagem, hábitos e costumes. A partir desse momento é possível estimular "o espírito de tolerância, de valorização e de respeito das diferenças, e da noção de que não existem povos "sem cultura", ou culturas melhores do que outras" (HORTA, 1999, p. 4) . Para que tais premissas se tornem realidade, é necessária a utilização de recursos, técnicas e estratégias que tenham como objetivo a implantação da metodologia da Educação Patrimonial. Segundo Horta (1999), o diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e o estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.

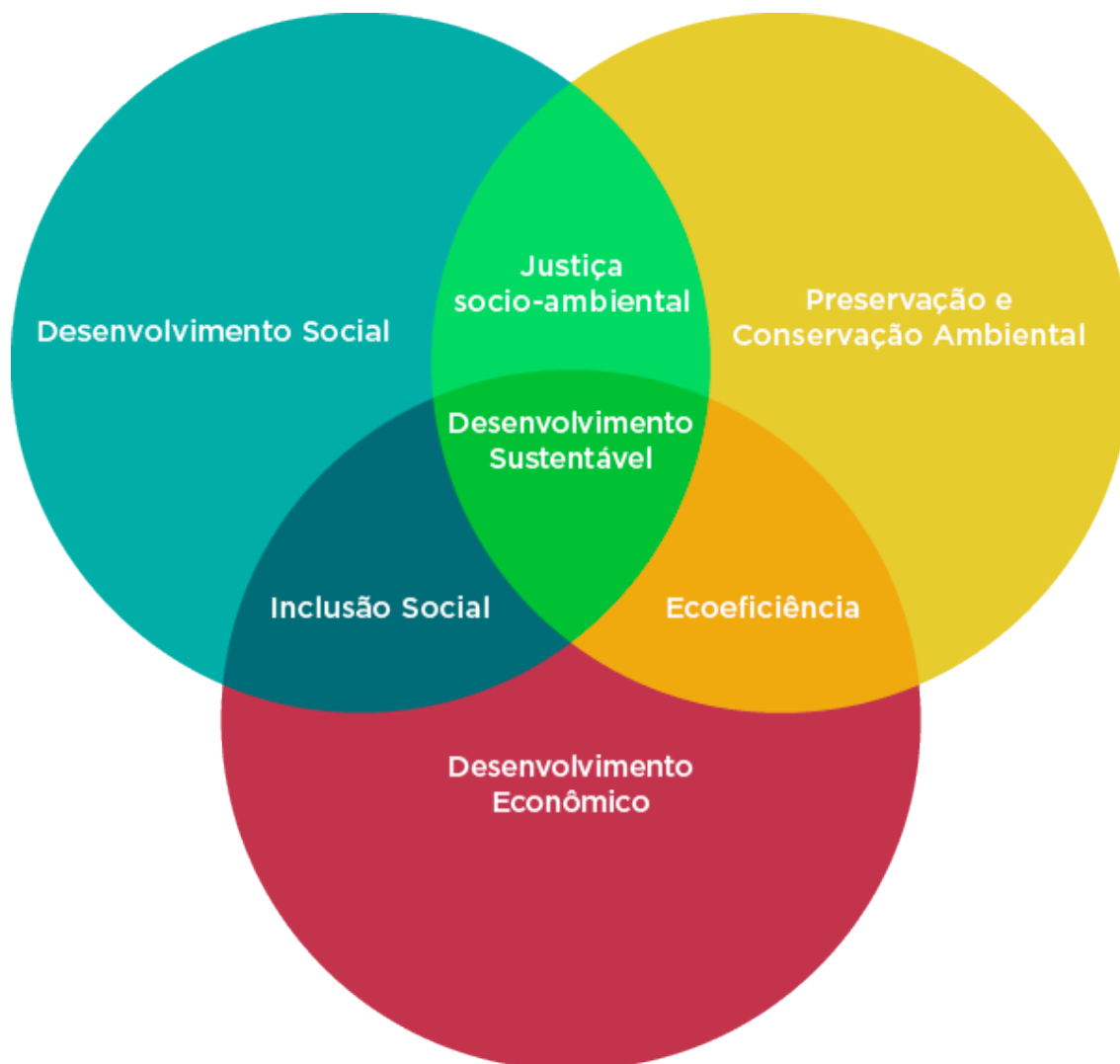
A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. Outro aspecto de fundamental importância no trabalho da Educação Patrimonial é o seu caráter transdisciplinar, podendo ser aplicado como método em todas as disciplinas (HORTA, 2006, p. 6).

A aplicação da metodologia da Educação Patrimonial deve considerar que todo território é produto de toda uma história natural e humana, por isso, se não houver o respeito pelos elementos patrimoniais locais, um desenvolvimento local equilibrado e sustentável não ocorrerá em sua plenitude. É necessário valorizar a paisagem e os fatores favoráveis ou desfavoráveis à vida dos homens e às suas atividades sociais e

econômicas. Deve-se considerar a linguagem, as crenças, os ritmos da vida cotidiana, a relação tradicional com os territórios vizinhos. O patrimônio deve ser visto como um recurso que contribuirá para o desenvolvimento.

Os diferentes elementos de um patrimônio, tanto natural como cultural, são interdependentes, e toda ação sobre um deles provoca efeitos e repercussões sobre outros. É um recurso ao mesmo tempo não renovável (de modo "idêntico") e eminentemente transformável e reprodutível, que se regenera e faz aparecer novas formas, ao menos quando está integrado a uma dinâmica de desenvolvimento, isto é, de domínio da mudança. Se a mudança não é dominada, controlada, o patrimônio se empobrecerá e partes inteiras dele desaparecerão, sem benefício real para ninguém (VARINE, 2012, p. 20).

Quando se trata de desenvolvimento sustentável pensa-se em um crescimento aliado a um equilíbrio e proteção ambiental, ao mesmo tempo em que gera renda para a atual geração sem deixar comprometido esses ambientes para as futuras gerações. Uma série de fatores deve ser considerada quando políticas públicas são propostas. Observem o esquema:



Os diversos fatores já citados no início do texto apresentam pontos de interseção cujo resultado vai em direção ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social, à justiça socioambiental, dentre outros. Entretanto, será correto afirmar que toda atividade é sustentável?

Não. Nenhuma atividade é sustentável para sempre, tendo em vista que toda ação causa degradação, porém deve-se tentar usufruir do meio, seja urbano ou ambiental, tentando causar o mínimo impacto possível.

E o turismo? Pode se tornar um agente de desenvolvimento sustentável? Existe uma relação entre turismo e patrimônio cultural? Como usufruir e preservar ao mesmo tempo? Por que mudar as relações entre sociedade e a natureza?

A sociedade depende dos recursos naturais para sobreviver, e, caso não haja uma preocupação imediata em preservar o meio em que se vive, o risco de entrar em uma grande crise ambiental será grande. Por isso, torna-se urgente sensibilizar as comunidades e os indivíduos quanto à relação que devem manter tanto com o meio ambiente rural, quanto com o meio ambiente urbano. É necessário adotar novas estratégias para sensibilizar a população para a importância do seu patrimônio, de suas raízes, propondo ações sustentáveis por meio de uma ação comunitária.

Neste sentido, Varine (2012, p. 20) esboça duas definições:

- O desenvolvimento local é um processo voluntário de domínio da mudança cultural, social e econômica, enraizado no patrimônio vivido, nutrindo-se deste patrimônio e produzindo patrimônio.
- O patrimônio (natural e cultural, vivo ou sacralizado) é um recurso local que só encontra sua razão de ser em sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Ele é herdado, transformado, produzido e transmitido de geração em geração. Ele pertence ao futuro.

Desse modo, assim como Varine, acredito que o desenvolvimento só será sustentável se ocorrer em harmonia com o patrimônio e se contribuir para a vida e para o crescimento dos seus detentores. Para isso, é necessária a participação efetiva, ativa e consciente das comunidades. É possível envolver as comunidades com as questões relacionadas ao seu patrimônio?

Varine (2012) e Horta (2006), definem a educação patrimonial como uma ação de caráter global, dirigida a uma população e a seu território, desenvolvida no ensino formal e no ensino não-formal, cujo objetivo é o desenvolvimento local, e não uma mera aquisição de conhecimentos sobre o patrimônio, ou uma animação cultural. Procura-se integrar o maior número de membros das comunidades a "conhecer, a dominar e a utilizar o patrimônio comum" como forma de promover o desenvolvimento do território no qual estão inseridos. Não se trata de uma educação "bancária", como classifica Paulo Freire, "mas libertadora, uma vez que participa da emergência da confiança em si, da capacidade de iniciativa, do reforço da identidade social e cultural, da coesão social pelo compartilhamento do patrimônio comum".

O método utilizado é o da troca, "compartilhamento de conhecimentos entre tradições orais, os saberes não formalizados, as práticas herdadas de um lado e os conhecimentos e referenciais eruditos, os aportes teóricos de pessoas de fora e mais formadas por outro lado". Por não ser propriedade dos agentes públicos, pode ser desenvolvida por diversos atores sociais e deve ser programada para longo prazo, considerando-se os contextos locais. Segue abaixo, alguns exemplos de ações de educação patrimonial já desenvolvidas em outros municípios brasileiros:

- Projetos especiais destinados, sobretudo, aos escolares, no Museu - para as cidades que possuem museu; Arquivos municipais: a Escola no Museu, a Noite no Museu, Documentos que contam Histórias, etc.;
- A criação de um mapa do contexto ambiental da cidade (em papel e CD-ROM), contendo uma quantidade de documentos para todo o tipo de atividade;
- Ateliês descentralizados e abertos a todos: jovens e adultos (fotografia, arqueologia, diário local participativo);
- Formação sistemática dos professores, por meio de seminários em cada municipalidade;
- Publicação de guias e de manuais práticos de ensino do patrimônio (conhecimento da casa, da água, das plantas medicinais, do meio ambiente, etc.);
- Organização de mostras sobre a produção local destacando suas técnicas ancestrais;
- Criação de pequenos museus locais, comunitários ou escolares com o apoio da população e ao mesmo tempo por um suporte municipal;
- Campanhas de defesa do patrimônio ou de alguns de seus elementos ameaçados, o que leva as pessoas, antes indiferentes, a se mobilizarem e se engajarem;
- Pesquisas participativas, por estudantes e por adultos, sobre pontos particulares (por exemplo, os caminhos, uma atividade artesanal tradicional, um mapa das construções tradicionais, o registro da memória sobre um acontecimento passado);

- Exposições, permanentes ou itinerantes, simplificadas ou mais bem instaladas, apresentando sucessivamente os aspectos específicos do patrimônio e contribuindo progressivamente para criar um "corpus do patrimônio";
- Criação de centros de interpretação, de um território ou de um tema ligado a este território;
- Publicação de documentos de cartões postais, até uma obra em vários volumes reproduzindo o inventário do patrimônio local;
- Criação participativa dos "mapas de comunidades" que permitem uma valorização da paisagem urbana e rural e uma tomada de consciência da variedade e da diversidade dos patrimônios pelas comunidades;
- Colóquios populares, caminhadas de descoberta;

Todos esses exemplos servirão como base no momento da elaboração do projeto de intervenção. Entretanto, existem muitos outros meios e técnicas que podem ser utilizados, porém, o importante é saber o que e como comunicar. Varine (2012) destaca dois princípios essenciais:

- 1) a relação entre a mensagem e a cultura viva das pessoas só é concreta e imediatamente compreensível para elas;
- 2) a necessidade de uma mediação humana entre o patrimônio e as pessoas, para decodificar a mensagem, escutar as reações, referenciar e valorizar as contribuições de cada um em termos de informações ou de sugestões, prever uma sequência à ação.

Para Varine, os métodos utilizados, na maioria das vezes, consistem na observação acompanhada, na mediação e na exposição. Por isso, ele ressalta a importância do mediador do patrimônio e que sua formação deveria também implicar um verdadeiro reconhecimento profissional. O mediador do patrimônio é o elo entre o patrimônio e o mundo ao seu redor, em sua dinâmica de mudança, de desenvolvimento e de interação. "É também um poliglota cultural, que pode se adaptar, de um momento para outro, a públicos muito diferentes, falando-lhes em linguagem compreensível, qualquer que seja o seu nível de educação ou sua origem social".

Sobre os monumentos sítios, Varine afirma que eles são indissociáveis: os primeiros já fazem parte da paisagem, os segundos apresentam características dos monumentos, naquilo em que foram no mais das vezes modelados pela atividade humana. Constituem-se ainda, como conjuntos definidos territorialmente a serem tratados como tais. "Disso decorre a importância de todas as ações que permitem à população se apropriar de sua globalidade, de modo a ter consciência de viver no interior de uma quadro patrimonial" (p.150). Segue uma lista de ações possíveis:

- Efeitos de imagem: fazer conhecer a região, seus recursos, sua diversidade, sua criatividade;
- Efeitos de mobilização: intervenção de muitos habitantes em diversas atuações (recepção, organização, figuração, competências diversas);
- Efeitos culturais: formação e profissionalização, valorização das tradições, contribuições exteriores, conservação dos monumentos, valorização dos sítios;
- Efeitos sociais: emprego, filantropia, cooperação entre pessoas e grupos, vida associativa;
- Efeitos econômicos: contribuições financeiras, fluxo turístico, criação de atividades e empresas, salvamentos dos ofícios, escoamento das produções locais.

Sobre as manifestações de caráter religioso, diz que são um poderoso fator de desenvolvimento por atraírem turistas e peregrinos. Quer se trate de peregrinações locais, de locais de culto, locais de retiro e meditação, elas são a fonte de uma imagem positiva sobre a localidade. Neste sentido, Mônica Martins da Silva (2003) apresenta a coleção de paradidáticos *Histórias de Goiás*, a qual pode ser utilizada para nortear algumas ações voltadas para o patrimônio cultural imaterial. Segundo a autora, esta coleção surgiu no ano de 2002 a partir de diferentes pesquisas realizadas na Universidade Federal de Goiás por alunos do curso de mestrado em História nos mais diversos temas envolvendo os campos da história política, social e cultural. O resultado foi a organização de seis volumes temáticos que buscaram adaptar a linguagem formal e científica da academia para alunos de ensino fundamental e médio a fim de proporcionar outras fontes de leitura sobre a história de Goiás uma vez que, apesar do

crescimento expressivo sobre as pesquisas em história regional, as fontes são ainda os clássicos textos escritos nos anos de 1970. Houve a preocupação em explicar não somente a inserção da história de Goiás no contexto nacional mas, explorar as múltiplas temporalidades dessas histórias bem como as especificidades do Estado em diferentes aspectos importantes de sua trajetória. Segundo Silva:

Procura-se demonstrar que a cultura também tem uma história e para isso indaga-se: Será que é possível saber da origem deste conjunto de hábitos que as pessoas possuem, como o de rezar para um santo, fazer uma promessa, ir a uma romaria, participar de um pouso de folia, de uma dança ou de uma novena? Infere-se: Se perguntarmos a elas, vão nos responder que aprenderam com os pais, com os avós ou com algum outro antepassado, mas nem sempre conseguirão nos explicar sua origem, daí é possível concluir que muitos desses hábitos são tão antigos e tão comuns que nem é possível datá-los e esse conjunto de hábitos que aprendemos através das gerações, chamamos de tradição. Porém, procura-se demonstrar que essas tradições não têm um forma única. Cada cidade, sociedade ou família possui as suas próprias tradições, e, como são repassadas por pessoas diferentes para épocas também diferentes são modificadas, adaptadas e recriadas. Uma vez que a cultura muda, assim também muda a sociedade em que se vive, e, se continuamos a repetir gestos e costumes do passado, eles vêm sempre com uma cara nova, com novas palavras, novas cores e novos sentidos (SILVA, 2003, p. 01).

Ver vídeo: Procissão do Fogareu

<https://www.youtube.com/watch?v=urQ-hMNy5oY>

Outro aspecto destacado por Varine são os parques naturais regionais onde poderão ser desenvolvidas atividades esportivas, culturais, econômicas, que permitam um desenvolvimento apoiado sobre o patrimônio como recurso primordial. Até mesmo a agricultura se torna um patrimônio, na medida em que transforma e mantém a paisagem e os espaços naturais, além dos modos de vida e o conjunto das atividades familiares e comunitárias. Em relação ao patrimônio imaterial, Varine destacou a valorização dos produtos e dos saberes locais. Contudo, para que as atividades sejam efetivadas, conhecer a metodologia será de fundamental importância.

Segundo Horta, a metodologia proposta para as atividades de Educação Patrimonial se estrutura sobre cinco etapas, caracterizadas por diferentes recursos

pedagógicos, visando objetivos definidos para cada uma. Essas etapas seguem uma determinada ordem mas podem, naturalmente, acontecer simultaneamente, dependendo das respostas e iniciativas das crianças. As etapas propostas, os recursos, atividades e objetivos visados podem ser resumidos no quadro abaixo, e podem ser enriquecidas e inovadas pelo professor:

Etapas	Recursos/Atividades	Objetivos
1. Observação	Exercícios de percepção sensorial, por meio de perguntas, manipulação de objetos medição, anotações, dedução, comparação, jogos de detetive, etc	Identificação do objeto: função/significado; desenvolvimento da percepção visual e simbólica
2. Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas, modelagem, etc	Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da análise crítica; desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional
3. Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão questionamento, avaliação pesquisa em outras fontes como biblioteca, arquivos, cartórios, documentos familiares, jornais, revistas, entrevistas, etc	Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados
4. Exploração	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão, como a pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo, exposição em classe	Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados

Fonte: Guia Básico de Educação Patrimonial

Tanto Varine quanto Horta concordam que a metodologia da Educação Patrimonial incentiva a formulação de hipóteses sobre os objetos e fenômenos observados, buscando descobrir sua função original e sua importância no modo de vida das pessoas que os criaram. As histórias de vida contadas pelos nossos antepassados em rodas de conversa, chás de memória, são instrumentos que nos levam a compreender o momento em que vivemos. Os conhecimentos que são compartilhados enriquecem aquele que conta a história e o ouvinte. Contribui ainda,

para o questionamento da realidade por meio da formulação de problemas e na busca de soluções para resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

As evidências do passado que encontramos hoje nos permitem analisar e identificar os problemas do passado, e as soluções encontradas no presente para resolver os mesmos problemas (sistema de encanamento de água, reservatórios e açudes, pontes de concreto, construção de novas estradas, etc.). O avanço e a descoberta de novas tecnologias nos ajudam a explicar as novas soluções e a projetar hipóteses sobre soluções futuras para os problemas que vivenciamos hoje, num exercício das capacidades intelectuais superiores dos alunos em processo de aprendizado, como a dedução, a comparação, a formulação de problemas e de hipóteses para a sua solução (HORTA, 2006, p. 09).

A metodologia da Educação Patrimonial pode ser adotada tanto para o ensino formal e levar os professores a utilizarem os objetos culturais na sala de aula, ou nos próprios locais onde são encontrados, na casa do aluno, em visitas e passeios a lugares de interesse, como peças-chave no desenvolvimento dos currículos, e não simplesmente como mera “ilustração” das aulas e dos livros, quanto para o ensino não-formal. As técnicas podem ser adaptadas conforme o objetivo do "mediador do patrimônio": O que ele deseja mostrar? Quem é o seu público alvo? Abaixo, seguem algumas sugestões propostas por Horta de como proceder quanto à análise de um objeto ou fenômeno cultural:

Investigando um objeto cultural : aspectos principais a observar:

Aspectos físicos/materiais

O que parece ser este objeto? (função/uso)

Outras perguntas:

Que cor tem?

Que cheiro tem?

Que barulho faz?

De que material é feito?

O material é natural ou manufaturado?

O objeto está completo?

Foi alterado, adaptado ou consertado?

Está usado?

Modo/ processo de construção Como foi feito?

Outras perguntas:

Onde foi feito?

Foi feito à mão, ou à máquina?

Foi feito em uma peça única, ou em partes?

Com uso de molde, ou modelado à mão?

Como foi montado? (com parafusos, pregos, cola ou encaixes...).

Função/uso Para que foi feito?

Outras perguntas:

Quem o fez?

Para que finalidade?

Como foi ou é usado?

O uso inicial foi mudado? Por quê?

Desenho/ forma O objeto tem uma boa forma? É bem desenhado?

Outras perguntas:

Ele é bem adequado para o uso pretendido?

De que maneira a forma indica a função?

O material usado é adequado à função?

É decorado, ornamentado?

Como é a decoração?

O que a forma e a decoração indicam?

Sua aparência é agradável? Por quê?

Valor/significado Quanto vale este objeto?

Outras perguntas:

Para as pessoas que o fabricaram?

Para as pessoas que o usam (ou usaram)?

Para as pessoas que o guardaram?

Para as pessoas que o venderam?

Para você?

Para um Banco?

Para um Museu?

Você pode dar às crianças uma folha como essa para ajudá-las no exercício de analisar um objeto, sem limitar sua própria capacidade de propor perguntas e respostas. Ao lado das perguntas e aspectos acima, você pode criar duas colunas, para anotação:

Aspectos descobertos pela observação	Aspectos a pesquisar

--	--

É importante notar que, todo objeto ou evidência da cultura traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados. Neste processo de etapas sucessivas de percepção, análise e interpretação das expressões culturais é necessário definir e delimitar os objetivos e metas da atividade, de acordo com o que se quer alcançar, e com a natureza e complexidade do objeto estudado. Por exemplo, em um museu, definir o tema abordado, de acordo com as coleções existentes; em um monumento ou uma cidade, definir os aspectos a serem investigados (arquitetônico, urbanístico, social, econômico, histórico, etc.). Em um único monumento podemos analisar os aspectos construtivos e materiais, a área de entorno, o interior, a decoração, o mobiliário, os habitantes ou usuários, as transformações ocorridas no tempo. Cada um desses aspectos oferece uma infinidade de enfoques a abordar, que podem ser explorados nas diferentes disciplinas do currículo.

A investigação de um objeto cultural se baseia assim em diferentes atividades, num processo que requer:

observação > pesquisa/estudo > discussão > conclusões

Levando-nos assim ao conhecimento do objeto.

Descobrimo um objeto

O objeto mais comum de uso doméstico ou cotidiano pode oferecer uma vasta gama de informações a respeito do seu contexto histórico-temporal, da sociedade que o criou, usou e transformou, dos gostos, valores e preferências de um grupo social, do seu nível tecnológico e artesanal, de seus hábitos, da complexa rede de relações sociais. A observação direta, a manipulação e o questionamento do objeto, feitos com perguntas apropriadas, podem revelar estas informações em um primeiro nível de conhecimento, que deverá ser expandido por meio do estudo e da investigação de fontes complementares como livros, fotografias, documentos, arquivos cartoriais e

eclesiásticos, arquivos de instituições, clubes, associações, arquivos familiares, pesquisas, entrevistas, etc.

Considere a CADEIRA em que você está sentado. Usando a metodologia da Educação Patrimonial, em sua primeira etapa, a observação, é possível perguntar: de que material é feita? Por que foi feita desse material? Qual sua cor, forma e textura? É confortável? É diferente de outras cadeiras? O que diz sua ornamentação? Ela tem cheiro? Em que época foi feita? Ela já foi consertada? Como? Por quê? Ela está limpa? Ela se relaciona com outros objetos na sala? De que maneira? Foi fabricada artesanalmente ou industrialmente? Você já olhou embaixo da cadeira ou passou o dedo sob ela? Isto altera alguma das respostas acima? Agora você pode pensar em outras perguntas que poderiam ser feitas com o objetivo de ampliar a sua investigação sobre a cadeira, percebendo a quantidade de informações que um simples objeto de uso cotidiano pode revelar.

A segunda etapa da metodologia leva-nos a registrar as observações e deduções feitas. Você poderia, assim, tentar descrever em palavras esta cadeira, desenhá-la, fotografá-la em diferentes ângulos, medi-la, pesá-la, observar e anotar as formas de encaixe ou construção, ou mesmo reproduzi-la em tamanho pequeno ou natural, em diferentes materiais. Seu conhecimento sobre esse objeto ficará, sem dúvida, mais consolidado e registrado em sua memória.

Numa terceira etapa, a da exploração, você poderá querer descobrir mais informações e significados relacionados com a cadeira em que você está sentado. Nesse caso, levante-se dela e procure descobrir por meio de perguntas a outras pessoas, consulta a livros, revistas ou documentos, pesquisa em arquivos de fotografias e textos, visitas a instituições especializadas, todo o contexto histórico, social, econômico, tecnológico e político em que esta cadeira está inserida. Você pode explorar ainda os outros tipos de “cadeiras” que você conhece, e os seus diferentes usos, inclusive os simbólicos (por exemplo, o Trono Imperial que está no Museu de Petrópolis é um tipo de cadeira, que representa a dignidade do governante máximo em sua época).

Finalmente, você descobriu a cadeira em que está sentado e se apropriou dela intelectual e emocionalmente. Você é capaz de recriar esta cadeira de alguma forma? Poética, plástica, musical, com movimentos ou dramatização? De escrever a história dessa cadeira? De dialogar com ela? Neste momento, é a sua própria capacidade de expressão criativa que estará se revelando.

Você pode aplicar este exercício com qualquer objeto existente na sala de aula, como um modo de preparar seus alunos para a visita a um museu, monumento ou sítio histórico. Ou propor que tragam algum objeto de casa, para ser explorado em sala, em grupos de dois ou três alunos.

OS MONUMENTOS E CENTROS HISTÓRICOS

Já falamos um pouco sobre como utilizar os monumentos e centros históricos como instrumentos importantes para a aplicação da educação patrimonial. Entretanto, é importante destacar que o meio ambiente histórico é o espaço criado e transformado pela atividade humana, ao longo do tempo e da história. Pode ser um pequeno núcleo habitacional, uma cidade, uma área rural, cortada por caminhos, pontes e plantações. Até mesmo uma paisagem natural, rios e florestas, zonas de alagados ou desertos já sofreram, em algum momento no tempo, o impacto da ação humana (HORTA, 2006, p. 14).

Horta ressalta que o meio ambiente histórico é dinâmico, e continua a mudar no presente e lembra que o conceito de mudança e continuidade é essencial para a compreensão do Patrimônio Cultural, em todos os seus aspectos, e deve ser considerado como um dos conceitos básicos a serem trabalhados no processo da Educação Patrimonial.

Segundo a autora, um exercício que pode ajudar a compreensão deste conceito é pesquisar e documentar as mudanças ocorridas no espaço da escola, ou da casa do aluno, ao longo dos últimos anos, e observar as mudanças ocorridas na sua rua, ou no bairro. Os jornais e revistas são excelentes fontes para esse estudo.

Qual a melhor forma de se trabalhar o meio ambiente histórico com crianças? Horta destaca que para as crianças, com um tempo de vida mais recente e menor que o dos adultos, quase tudo que as rodeia é produto de um passado distante, “do tempo da vovó”. A própria casa, a família ou a escola, podem ser materiais úteis para iniciar a compreensão da mudança e da continuidade. As estruturas remanescentes do passado são encontradas em diferentes estados de preservação:

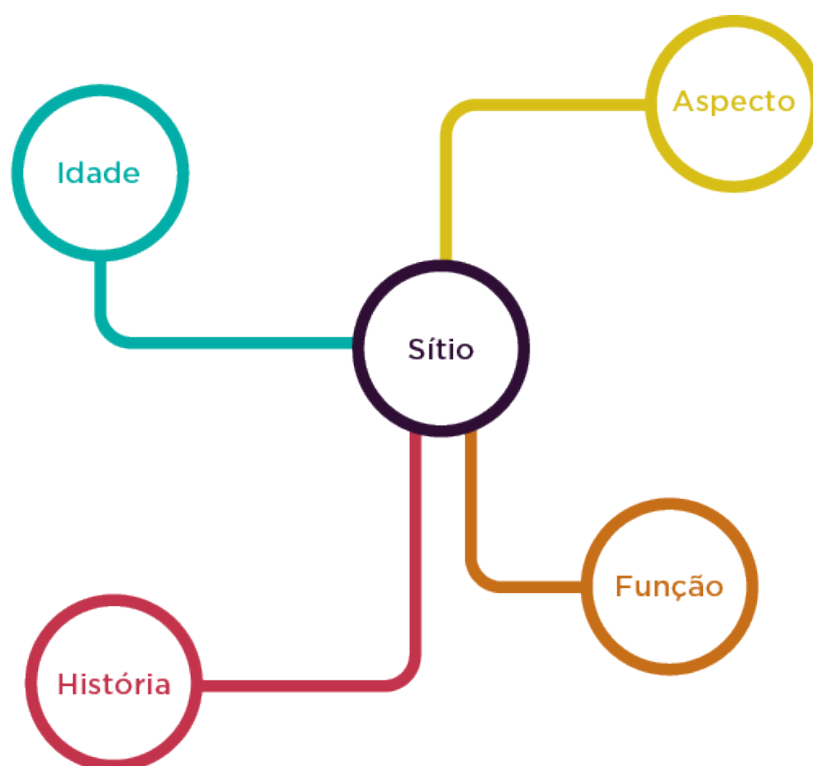
- intactas: escolas, casas, igrejas, prédios públicos, teatros, museus, parques, etc.
- incompletas: não mais usadas por terem sido danificadas pela atividade humana, ou pela ação do tempo, como a chuva, o vento, o mofo, a ferrugem, transformando-se em ruínas (normalmente correspondem à noção mais comum de monumento histórico ou prédio antigo, atraindo o interesse turístico).
- enterradas: estruturas desaparecidas por abandono de uso e pela própria decadência dos materiais (madeira, barro, por exemplo) menos resistentes à ação do tempo. A mudança nas atividades da área provocou o seu desaparecimento sob novas camadas de solo (estes sítios são descobertos e estudados pelos arqueólogos, a partir de alguns vestígios encontrados no solo).

Ao estudar um local, monumento ou sítio histórico, e a interação entre a atividade humana e a paisagem, pode-se usar um conjunto estruturado de perguntas, como ponto de partida para que os alunos proponham suas próprias questões: a questão fundamental: Como é este lugar hoje/ Como era este lugar no passado? – é o ponto de partida para a coleta de dados, o trabalho de campo, as observações orientadas e as diferentes atividades. A partir dessa pergunta, que já implica um exercício mental de observação, comparação e dedução, é possível observar, entre outros aspectos:

- Onde ele está situado?
- Como ele se insere na paisagem natural?
- Quantas estruturas existiam ali?

- De que eram feitas? Para que serviam?
- Quantas pessoas viviam ali?

As questões básicas de abordagem podem ser assim estruturadas:



Estes elementos de análise podem ser aprofundados em diferentes pontos:



As atividades resultantes desse questionamento implicam o exercício de diferentes habilidades, tais como: a observação, o registro verbal, gráfico, matemático, a análise, a dedução, a comparação, a síntese e a apresentação dos resultados, em diferentes formas.

O uso e a compreensão de mapas, plantas, fotografias aéreas, fotos antigas e recentes, documentos originais, arquivos, bibliografia são outras habilidades envolvidas na exploração orientada de um sítio ou monumento histórico.

O essencial nesse processo é fazer as questões adequadas, levantar problemas, discutir os resultados e verificar as conclusões mais apropriadas, isto é, as mais sensíveis e possíveis.

Respostas corretas são raramente possíveis em sítios históricos, pois não podemos captar as ideias dos habitantes originais, a não ser por fontes secundárias

(documentos, diários, cartas, etc.). É importante que os alunos percebam isto, e que suas respostas sejam avaliadas pela maneira em que se apoiam na evidência disponível. Neste processo ativo de descoberta da evidência cultural, é importante que os professores não forneçam de antemão as informações disponíveis nos livros ou arquivos, mas que levem os alunos a propor as questões pertinentes e a buscar as “chaves” para o descobrimento daquele local.

De volta à sala de aula é possível analisar os dados coletados no local, reformulando os resultados a partir de pesquisas e discussões posteriores e apresentando as conclusões de forma coletiva, com painéis, desenhos, mapas, gráficos, cronologias, exposições de objetos e fotos, maquetes, etc.

inserir o vídeo Art Déco Para Pequenos

<https://www.youtube.com/watch?v=6W5CKQcqhdl>

Horta enumera uma série de possibilidades quando se adota a metodologia da educação patrimonial dentro e fora das escolas. Para alcançar a multiplicação das ideias e conceitos propostos neste campo da Educação baseada no Patrimônio Cultural é importante que se faça um treinamento com os agentes que irão desenvolver este trabalho nas escolas, nas associações de bairros, ou em qualquer espaço ou grupo social que se pretenda sensibilizar.

Este treinamento pode ser feito através de Oficinas de Educação Patrimonial, que levarão os participantes a experimentarem diretamente a metodologia de trabalho proposta, podendo assim avaliar a sua eficiência e potencialidade. Ao iniciarmos nossas atividades, recorreremos a alguns dos autores que nos serviram de referência para a elaboração deste texto base.

Reafirmo que os lugares e suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) são instrumentos que devem ser utilizados no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos estudantes e dos cidadãos para a importância da preservação desses bens culturais.

Para finalizar, me reporto às considerações de Fernandes (2008), quando afirma que educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral. Dessa forma seria possível lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos estudantes e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema.

Tenho certeza de que faremos um excelente trabalho. Bom curso a todos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994 - 35. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um histórico In: CALABRE, Lia (org.). Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

FERNANDES, J. Ricardo Oriá. A cultura no ordenamento constitucional brasileiro: impactos e perspectivas In: *Consultoria Legislativa*. Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2008.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Cidade ou Cidades*. In: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, São Paulo: IPHAN, v. 23, 1994.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; QUEIROZ, Adriane. Guia Básico de Educação Patrimonial /Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 2006.

MONNET, Jérôme. *O Álibi do Patrimônio: Crise, Gestão Urbana e Nostalgia*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: IPHAN, 2002.

OTTO, Clarícia . Ensinar História: experiência e sentido. In: SEARA, Izabel Christine; (Org.). Práticas Pedagógicas e Estágios. 1 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008, v. 1, p. 25-39.

SILVA, M. M. . Histórias de festas e religiosidades populares: uma proposta para a pesquisa e o ensino através da coleção Histórias de Goiás.. In: Anais do I EDIPE Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino, 2003, Goiânia. I EDIPE Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino. Goiânia : UCG, 2003. v. 1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM. Por dentro da história: revista de educação patrimonial. Ano 1, n. 1. Contagem/MG: SEDUC, 2009.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.

VARINE, Hugues. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

Vídeos

Taina Kan: a grande estrela

https://www.youtube.com/watch?v=JuH5p_4zGFg

KALUNGA: Nossa História, Nossa Liberdade

<https://www.youtube.com/watch?v=riuQJ2JYdhl>

Goiás Patrimônio Histórico da Humanidade

<https://www.youtube.com/watch?v=UqeBmh1URrY>

Entorno que Transborda - Luziânia I

<https://www.youtube.com/watch?v=NEWoT5QavCk>

Entorno que Transborda - Luziânia II

<https://www.youtube.com/watch?v=m9YJAYs4q28>

Patrimônio e herança cultural

<https://www.youtube.com/watch?v=mmsJLebViNY>

Procissão do Fogaréu

<https://www.youtube.com/watch?v=urQ-hMNY5oY>

Chapada dos Veadeiros - Goiás - completo e em alta definição e com céu azul

<https://www.youtube.com/watch?v=U-ZtPcMPQXc>

52ª Cavahada de Corumbá de Goiás - 2014

<https://www.youtube.com/watch?v=10e4LGvOqLc>

SBT Repórter Chapada dos Veadeiros OVNI's e Mistérios Completo HD

<https://www.youtube.com/watch?v=-g6Q-k9MLfg>

Cavalcadas de Pirenópolis

<https://www.youtube.com/watch?v=zfzsenZrLDE>

Globo Rural 1994-Galinhada-Uruaçu (Go)

<https://www.youtube.com/watch?v=s6YZZDqe6qA>

Programa Goiás Mais - 33 - Goianésia

<https://www.youtube.com/watch?v=A7NCkgpQCog>

Art Déco.2010

<https://www.youtube.com/watch?v=DM8hpnE8CHo>

Art Déco Para Pequenos

<https://www.youtube.com/watch?v=6W5CKQcqhdl>